

**LEI N. 1.020, DE 21 DE JANEIRO DE 1992**

**"Estabelece a Política Agrícola do Estado do Acre e dá outras providências."**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A política agrícola, definida como um conjunto de medidas, diretrizes e ações governamentais e da sociedade, operacionalizadas através dos instrumentos próprios, atuantes sobre a produção, comercialização, agroindustrialização e abastecimento, obedecerá aos critérios estabelecidos na presente Lei.

**Art. 2º** Dentre as diretrizes fixadas para a política agrícola visando o desenvolvimento rural harmônico e integrado serão contemplados como beneficiários diretos os produtores rurais e indiretos toda a sociedade acreana, sendo que a categorização daqueles terá sua base nas relações de trabalho, classificada de acordo com a legislação pertinente observadas as peculiaridades regionais.

**§ 1º** Para efeito desta Lei considera-se produtores rurais aqueles que se dedicam à atividade agrícola; entende-se por atividade agrícola, a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.

**§ 2º** Dentre os pressupostos de relevância em que se fundamenta a política de desenvolvimento rural, buscando o aperfeiçoamento do modelo agrícola existente no Estado do Acre, a erradicação da pobreza e da marginalização do rurícola, assim como a criação de instrumentos que combatam a violência no campo e o fluxo migratório para a cidade, destacam-se os seguintes:

I - criar mecanismos que viabilizem a efetiva participação na distribuição de renda e de riqueza;

**II** - facilitar o acesso à terra, à tecnologia, aos instrumentos e recursos de política agrícola, ao crédito rural, à isenção de impostos e obtenção de serviços públicos essenciais à atividade agropastoril e extrativista;

**III** - produzir alimentos, buscando condições básicas de vivência social e cultural, níveis de incorporação de tecnologia e gerenciamento;

**IV** - planejar a produção agrícola e pecuária, a infra-estrutura de escoamento, o armazenamento e a garantia de preços mínimos;

**V** - estabelecer políticas de fomento à produção, calcadas nos resultados de pesquisas desenvolvidas no Estado e na Região; e

**VI** - promover o desenvolvimento global do meio rural, diminuindo as desigualdades econômicas e sociais, cumprindo a função social da terra.

## **CAPÍTULO II**

### **DO OBJETIVO**

**Art. 3º** A política agrícola compatibilizada com a política agrária far-se-á com fundamento nesta Lei, objetivando o desenvolvimento agrícola do Estado, em favor do suprimento alimentar e de matérias-primas, com a racionalização de uso e conservação dos recursos naturais e ambientais e a promoção sócio-econômica do agricultor e de sua família.

**Parágrafo único.** A política agrícola abrange os processos de produção, comercialização e transformação de produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, bem como a organização da produção, do produtor e da infra-estrutura da área rural, a auto-suficiência energética e o controle dos insumos.

**Art. 4º** O desenvolvimento agrícola será caracterizado por:

**I** - modernização tecnológica de atividade produtiva, visando maior produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos;

**II** - organização associativa, proporcionando vantagens na obtenção dos fatores de produção e melhor desempenho no mercado;

**III** - apoio à produção e à comercialização agrícola, pela disponibilidade de serviços públicos e privados, permitindo a melhoria da renda do produtor rural e de sua família;

**IV** - acesso aos serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais;

**V** - participação dos produtores através de sua organização nos processos de formulação e execução das políticas, que definirão os rumos da agricultura acreana;

**VI** - melhoria das condições de trabalho e de vida dos assalariados rurais;

**VII** - estímulo à implementação da agricultura alternativa no Estado, discutida pelas organizações dos trabalhadores rurais para o desenvolvimento econômico e social;

**VIII** - verticalização da produção agrícola com incremento da renda, pela agroindustrialização nas regiões produtoras;

**IX** - eficiência econômica das unidades produtivas, pela capacitação do produtor;

**X** - regularidade do abastecimento de alimentos; e

**XI** - redução das diferenças de condições sócio-econômicas das regiões e produtores do Estado, promovidas por ações governamentais específicas.

### **CAPITULO III**

#### **DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PLANEJAMENTO**

**Art. 5º** Será instituído o Conselho Estadual de Política Agrícola – CONCEPA, com os seguintes objetivos:

**I** - propor medidas, apoiar o planejamento e acompanhar a execução da política agrícola do Estado;

**II** - integrar esforços na defesa e na realização de atividades que atendam à agricultura e ao extrativismo;

**III** - propor e opinar sobre programas e aplicação de recursos especiais na agricultura e no extrativismo;

**IV** - contribuir com estudos e informações sobre o desempenho e melhoramento do setor agrícola e extrativo; e

**V** - orientar a elaboração do plano de safra entre a iniciativa privada e o Governo do Estado.

**Art. 6º** O Conselho terá a seguinte composição:

**I** - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário três membros;

**II** - representante da Secretaria da Fazenda;

- III - representante da Secretaria do Meio Ambiente;
- IV - representante da Secretaria de Planejamento;
- V - representante do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária - MARA;
- VI - representante da Assembléia Legislativa do Acre;
- VII - representante da Universidade Federal do Acre - UFAC, preferencialmente do Departamento de Ciências Agrárias;
- VIII - representante do Banco do Estado do Acre;
- IX - representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Acre - FETACRE;
- X - representante das Centrais Sindicais Trabalhistas;
- XI - representante da Federação da Agricultura do Estado do Acre - FAEAC;
- XII - representante dos Empresários Privados do Setor Comercial e Industrial ligados ao setor agrícola;
- XIII - representante do Conselho Nacional dos Seringueiros; e
- XIV - representante da Organização das Cooperativas do Estado do Acre - OCEAC.

§ 1º Presidirá o Conselho Estadual de Política Agrícola o Secretário de Desenvolvimento Agrário.

§ 2º O Conselho Estadual de Política Agrícola - CONSEPA - contará com uma Secretaria Executiva e sua estrutura funcional será integrada por Câmaras Setoriais especializadas em produtos, insumos, comercialização, armazenamento, transporte, crédito, seguro e demais componentes da atividade rural.

§ 3º As Câmaras Setoriais serão instaladas por ato e a critério da Presidência do CONSEPA, devendo o Regimento Interno do mesmo fixar o número de seus membros e as respectivas atribuições.

**Art. 7º** O Estado estimulará a criação de Conselhos Municipais de Política Agrícola, como instrumento de coordenação dos esforços dos organismos públicos federais, estaduais e municipais, e dos setores envolvidos, objetivando promover o desenvolvimento rural integrado dos municípios.

**Art. 8º** A política agrícola será formulada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, com efetiva participação do CONSEPA.

**Art. 9º** À Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário caberá a função de elaborar e divulgar, periódica e oportunamente, informações sobre o desempenho do setor agrícola, que servirão de base para o planejamento e acompanhamento da produção, da comercialização e principalmente:

- I - avaliação de safras;
- II - preços dos principais produtos nas principais praças de comercialização e produção;
- III - custos de produção;
- IV - oferta e demanda dos principais produtos;
- V - preços dos insumos, máquinas, mão-de-obra e equipamentos destinados à agropecuária, à agricultura alternativa e ao extrativismo; e
- VI - outros, a critério do Conselho Estadual de Política Agrícola.

**Parágrafo único.** Os programas que objetivem a diversificação das atividades agrícolas e agroindustriais, com maior absorção de mão-de-obra, terão prioridades de implementação pelo Governo.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA PRODUÇÃO E DA PRODUTIVIDADE**

**Art. 10.** Será prerrogativa da iniciativa privada a produção agrícola, cabendo ao Estado apoiar e estimular a produção e a produtividade agrícola, através de seus organismos promovendo:

- I - a orientação técnica e a extensão rural;
- II - a geração de tecnologias, através das instituições estaduais com fortalecimento das federais;
- III - a inspeção e fiscalização do transporte, armazenamento e comercialização dos insumos agropecuários;
- IV - a defesa sanitária animal e vegetal;
- V - fomento à exploração de atividades de importância destacada para o desenvolvimento econômico regional; e
- VI - a execução de programas especiais de conservação do solo e da água, calagem, irrigação e drenagem, renovação genética, crédito rural e outros que se apresentarem viáveis e prioritários, a critério dos beneficiários, ouvido o CONSEPA.

**Art. 11.** A produção, armazenamento, comercialização e uso de produtos biológicos utilizados em imunologia e veterinária, corretivos, fertilizantes, inoculantes, agrotóxicos, sementes e mudas serão disciplinados por legislação específica estadual.

**Art. 12.** O Governo Estadual realizará amplo levantamento sobre a mão-de-obra rural no Estado, no sentido de implementar programas sociais de atendimento às famílias dos trabalhadores rurais, com a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais.

**Parágrafo único.** O Estado promoverá programas de formação de mão-de-obra, visando a profissionalização e melhoria do nível de vida da população rural.

## **CAPÍTULO V**

### **DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA**

**Art. 13.** O Estado apoiará a comercialização agrícola, pela orientação e informação de mercado, organização e equipamentos nos centros urbanos, dando preferência aos pequenos produtores.

**Art. 14.** A comercialização de produtos vegetais e animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, far-se-á atendendo a padrões de qualidade e sanidade, estabelecidos oficialmente, cabendo ao Estado fiscalizar, inspecionar e classificar.

**Art. 15.** Caberá ao poder público dotar as zonas de produção agrícola de infra-estrutura viária compatível com os volumes produzidos.

**Art. 16.** O Estado implementará programas de estímulo a montagem de infra-estrutura que viabilize o acesso dos produtores, aos insumos agrícolas, ao armazenamento, ao transporte e, principalmente, à garantia de preços e crédito rural.

**Art. 17.** Será destinado aos pequenos produtores rurais, pelo menos, metade dos recursos estaduais alocados ao crédito rural em cada exercício orçamentário.

## **CAPÍTULO VI**

## **DA AGROINDÚSTRIA**

**Art. 18.** O Estado estabelecerá uma política de incentivos fiscais e creditícios para a implantação do programa de industrialização de produtos agrícolas, com a participação do CONSEPA.

**§ 1º** A localização das unidades industriais será preferencialmente regional e na própria comunidade rural.

**§ 2º** O Estado manterá um setor de estudos de oportunidades de programas de industrialização de produtos agrícolas.

**§ 3º** Será dada preferência às entidades associativas dos produtores rurais na condução e instalação de indústrias.

**Art. 19.** Em apoio à agroindustrialização, o Estado desenvolverá serviços de orientação técnica e fomento à produção de matérias-primas.

## **CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO RURAL**

**Art. 20.** O poder público apoiará a organização dos produtores e trabalhadores rurais, em especial dos pequenos, em formas associativas que permitam a sua maior participação na formulação de políticas para o setor.

**Art. 21.** As cooperativas e associações de produtores agrícolas serão consideradas extensão dos associados, cabendo-lhes os direitos a estímulos creditícios semelhantes e isenção de tributação nas operações entre estas e seus associados.

## **CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE**

**Art. 22.** O poder público normatizará, orientará e fiscalizará o uso racional do solo e da água, disciplinará a utilização e conservação da fauna, flora e meio ambiente, atendendo ao disposto nos arts. 23 e 24 da Constituição Federal e arts. 206 e 207 da Constituição Estadual.

**§ 1º** A fiscalização e o uso racional dos recursos naturais, a conservação do meio ambiente são consideradas, também, de responsabilidade dos proprietários e usuários.

**§ 2º** Cabe ao poder público envidar esforços e aplicar recursos para preservação e conservação das áreas de proteção permanente e o apoio às comunidades extrativistas.

**Art. 23.** O Estado utilizará recursos próprios e buscará fontes de financiamentos alternativos para desenvolver programas de manejo do solo e água, recuperação das áreas em degradação e obras de proteção do meio ambiente, em conjunto com a iniciativa privada e comunidades envolvidas.

**Art. 24.** O poder público determinará as áreas de preservação permanente e regulamentará o uso das reservas biológicas e áreas de uso restrito, com a finalidade de proteger os recursos naturais e as comunidades extrativistas locais.

**Art. 25.** O Estado fomentará a exploração racional de animais domésticos e silvestres, incluindo peixes e outros animais de vida aquática, visando a oferta de alimentos para subsistência do produtor e complementação da renda da propriedade.

**Art. 26.** O poder público atualizará e fiscalizará o cumprimento dos códigos de caça, pesca e florestal e recursos hídricos em todo território acreano, consignando meios e recursos para sua execução.

**Art. 27.** As microbacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais.

**Art. 28.** O Estado organizará programas de produção de mudas e orientará o florestamento e o reflorestamento conservacionistas, ambiental e econômico, integrado à iniciativa privada.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA INFRA-ESTRUTURA SOCIAL RURAL**

**Art. 29.** O Estado implementará programas de obras de infra-estrutura na área rural, que assegurem aos produtores e trabalhadores e suas famílias o acesso aos benefícios sociais semelhantes aos existentes nas sedes urbanas, principalmente:

- I - eletrificação rural;
- II - captação e distribuição de água;



- III - saneamento básico;
- IV - escolas dotadas de *curriculum* compatível com as atividades rurais;
- V - comunicação;
- VI - postos de saúde e acesso à rede hospitalar;
- VII - creches e escolas primárias de tempo integral para os filhos de trabalhadores e produtores rurais; e
- VIII - delegacias de polícia distrital.

**Art. 30.** O Estado criará um programa de Habitação Rural, destinando recursos para sua implementação.

§ 1º O Programa de Habitação Rural contemplará a construção ou reforma da moradia dos pequenos produtores e a construção de núcleos habitacionais para atendimento aos trabalhadores rurais.

§ 2º O pagamento do financiamento deverá preferencialmente ser realizado pela sistemática de equivalência-produto, com prazos compatíveis com a atividade desenvolvida pelo beneficiário/mutuário.

## **CAPÍTULO X**

### **DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO**

**Art. 31.** O Governo do Estado manterá estreita relação com a pesquisa agrícola federal com a missão de propor a geração e adaptação de tecnologias que favoreçam o aumento da produtividade e da rentabilidade, principalmente das que atendam às demandas dos pequenos produtores.

**Parágrafo único.** A Instituição de Pesquisa Oficial Federal atuará de forma conjunta com outras organizações de pesquisa, visando expandir o conhecimento científico articulada com os organismos de assistência técnica e de extensão rural objetivando a difusão e a transferência de tecnologia aos produtores rurais.

**Art. 32.** O Governo do Estado manterá Serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica Oficial, com a missão de orientar e assistir aos produtores e trabalhadores rurais, prioritariamente aos pequenos, objetivando a melhoria da produtividade e da rentabilidade da exploração agrícola, a

viabilidade econômica do empreendimento rural, a organização associativa do produtor e do trabalhador rural e a racionalização do uso e conservação dos recursos naturais e ambientais.

**§ 1º** O Serviço de Extensão Rural desenvolverá seus programas conjugando as políticas e planos de desenvolvimento rural às condições físicas, econômicas e sociais da área assistida, tanto no planejamento quanto na execução das atividades.

**§ 2º** O Serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica Oficial articular-se-á com a pesquisa, visando a transferência de tecnologia e com as organizações privadas de assistência técnica, para expansão da rede de atendimento aos produtores nos programas de desenvolvimento rural.

**§ 3º** O Serviço de Extensão Rural e Assistência Técnica Oficial intensificará seu programa de atendimento nos assentamentos rurais, considerando as condições peculiares do público beneficiário das áreas a serem exploradas, de forma a assegurar a viabilidade econômica e social aos novos produtores.

**Art. 33.** O Estado apoiará estudos, implantação ou expansão de atividades agrícolas de importância destacada para o desenvolvimento econômico regional.

**Parágrafo único.** O apoio referido no *caput* deste artigo, dar-se-á pela prestação de serviços, fornecimento de insumos e financiamento a programas prioritários definidos na Política Agrícola Estadual.

**Art. 34.** O Estado prestará serviços de armazenagem de caráter supletivo, com atividade coletora, prioritariamente no atendimento aos pequenos produtores nas áreas carentes.

**Parágrafo único.** O Estado estimulará a armazenagem a nível de propriedade e comunitário pela orientação técnica e programas de crédito rural.

**Art. 35.** O poder público apoiará a comercialização e o abastecimento de produtos agrícolas principalmente dos hortigranjeiros, atuando na orientação da oferta dos produtos e na instalação de unidades e equipamentos de organização de mercado.

**Art. 36.** O poder público manterá um serviço de vigilância sanitária e de defesa agropecuária, que, juntamente com os produtores rurais, buscará prevenir, controlar e erradicar doenças, pragas e infestações parasitárias que acometam os animais e vegetais, visando o aperfeiçoamento e a eficiência da atividade agrícola e proteção do consumidor.

**Art. 37.** O poder público manterá serviços de inspeção e fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e animal, bem como dos estabelecimentos produtores.

**Art. 38.** A Secretaria de Desenvolvimento Agrário inspecionará e fiscalizará a produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários, em especial dos que ofereçam riscos ao meio ambiente.

**Art. 39.** O Estado destinará recursos orçamentários para aplicação nos assentamentos rurais, através de seus organismos, atendendo ao disposto nos arts. 156 e 158 da Constituição Estadual, mediante programação anual.

**Art. 40.** O Estado desenvolverá programas de apoio financeiro ao setor rural, mediante financiamento às atividades de maior relevância na consecução dos objetivos da melhoria da produtividade, da montagem de infra-estrutura de produção, comercialização e industrialização, da conservação e recuperação da capacidade produtiva dos solos e da conservação dos demais recursos naturais e ambientais.

**§ 1º** A origem dos recursos será orçamentária, de captação externa, bancária, fundos de desenvolvimento e outros.

**§ 2º** Os programas de crédito que envolvam recuperação dos valores aplicados adotarão preferencialmente a metodologia de equivalência-produto, em prazo adequado à atividade financiada, e a taxas de juros iguais às do crédito rural adotado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

**§ 3º** A aplicação dos recursos financeiros pelo produtor será orientada pela assistência técnica oficial e privada credenciada.

**Art. 41.** O crédito fundiário, concedido através de programa específico será destinado à aquisição de terra para formação, correção ou ampliação da propriedade rural, beneficiando trabalhadores rurais, proprietários ou não, limitando-se a complementar a propriedade em até dois módulos rurais que permitam a absorção da força de trabalho do adquirente e de sua família, garantindo-lhes a sobrevivência e o progresso sócio-econômico.

**Parágrafo único.** Os beneficiários do crédito fundiário serão obrigatoriamente assistidos por órgãos de assistência técnica a quem competirá a elaboração de projeto técnico que justifique e evidencie a viabilidade econômica do empreendimento.

**Art. 42.** Serão fontes de recursos financeiros para o desenvolvimento agrícola estadual:

I - Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE, em níveis proporcionais à importância do setor;

II - Fundo Agropecuário Estadual - FUNAGRO;

III - recursos de origem externa, decorrentes de empréstimos, acordos, convênios e outros;

IV - recursos orçamentários, específicos destinados ao financiamento de atividades produtivas;

V - recursos oficiais federais destinados ao setor agrícola;

VI - retornos dos financiamentos dos Fundos e outros, derivados da gerência financeira dos recursos;

VII - recursos bancários vinculados a programas de desenvolvimento e ao crédito rural;

VIII - recursos provenientes de *royalties* ou similares; e

IX - outros recursos consignados ao setor agrícola.

**Parágrafo único.** Serão destinados a programas agrícolas, recursos do FDE nunca inferiores à participação relativa à agricultura na formação do PIB estadual, sendo sua aplicação determinada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, ouvido o CONSEPA.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 43.** O Conselho aprovará o seu Regimento Interno em até sessenta dias após a promulgação desta Lei.

**Art. 44.** O Poder Executivo Estadual baixará as normas regulamentadoras da presente Lei, no prazo de cento e oitenta dias.

**Art. 45.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Rio Branco, 21 de janeiro de 1992, 104º da República, 90º do Tratado de Petrópolis e 31º do Estado do Acre.**

**EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA NETO**

**Governador do Estado do Acre**